

A Associação Comercial de Pelotas e o posicionamento frente a implantação do regime militar (1950-1970)

The Commercial Association of Pelotas and its stance towards the implementation of the military regime (1950-1970)

Leonardo Silva Amaral,¹ UFPEL

Resumo

O presente trabalho busca apresentar algumas considerações dentro de um período de grandes mudanças estruturais na sociedade brasileira, resultando em um golpe civil-militar. O recorte que será aqui descrito, busca compreender as motivações de um apoio e certas dúvidas de dois cenários da cidade de Pelotas sobre o novo regime instaurado. Para isso é importante apontar aspectos que vão ser importantes para esse debate, partindo da primeira organização a ser observada, a Associação Comercial de Pelotas (ACP) tendo sua fundação ainda no final do século XIX, voltada para organizar e estruturar uma elite da cidade, que tinha como principal objetivo manter o status de influência e expandir o poder econômico e político.

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar; Pelotas; Associação Comercial; Elite; Política.

Abstract

This paper aims to present some considerations within a period of great structural changes in Brazilian society, resulting in a civil-military coup. The focus described here seeks to understand the motivations for support and certain doubts in two scenarios in the city of Pelotas regarding the new regime established. To this end, it is important to point out aspects that will be important for this debate, starting with the first organization to be observed, the Commercial Association of Pelotas (ACP), founded at the end of the 19th century, aimed at organizing and structuring a city elite whose main objective was to maintain its status of influence and expand its economic and political power.

Keywords: Civil-Military Dictatorship; Pelotas; Commercial Association; Elite; Politics.

Introdução

No presente trabalho buscamos analisar algumas considerações dentro de um período de grandes mudanças estruturais na sociedade brasileira, resultando em um golpe civil-militar. O recorte que será aqui descrito, busca compreender as motivações de um apoio e certas dúvidas de dois cenários da cidade de Pelotas sobre o novo regime instaurado. Para isso é importante apontar aspectos que vão ser importantes para esse debate, partindo da primeira organização a ser observada, a Associação Comercial de Pelotas (ACP) tendo sua fundação ainda no final do século XIX, voltada para organizar e estruturar uma elite da cidade, que

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e bolsista CAPES/DS, e-mail: amaralleonardo10@gmail.com.

tinha como principal objetivo manter o status de influência e expandir o poder econômico e político. Por outro lado, é relevante indicar a Câmara de Vereadores da cidade pois ele se apresenta como um local de disputas de ideias a partir da relação de siglas partidárias que divergem ou vão de encontro, a intenção é traçar uma possível relação e como ambas se inserem nesse processo.

É importante considerar do mesmo modo que a ACP, é uma instituição com mais de 150 anos, do mesmo modo que o órgão legislativo. Porém, vale destacar que, a Câmara vai modificando seu quadro a partir do voto, e vai acabar acarretando ideologias divergindo, ainda que possa haver em uma maioria das vezes um uma maioria frente a uma minoria. Em relação a Associação Comercial, o grupo que desenvolveu a entidade ao longo de todo o período desde sua fundação foi se não majoritariamente, em uma totalidade era uma alta elite que dominava os principais meios da economia de Pelotas e alguns casos do Estado. Porém, ainda que seja importante ressaltar a origem, o significativo é avançar para o período aqui destacado, entre 1950 a 1970, por isso, vale destacar sobre o século XX que a elite política coincidia com as elites sociais, econômicas e intelectuais (Conniff, 2006), como já apontado antes, esse processo é primordial para entender o tipo de elite pelotense analisada, pois não somente estar em um cargo público oferecia abrangência para reivindicar novas melhores condições para o seu negócio, como articular com políticos a partir do seu status financeiro era facilitado.

Esse panorama, era visível ao analisar ACP e cargos do legislativo, tanto dentro de um contexto municipal, como estadual e federal. Um dos exemplos dessa situação é forte relação da instituição com os deputados Estadual e Federal, Procópio Duval Gomes de Freitas e Nestor Jost, respectivamente. Importante destacar que ambos eram partidários do PSD, sigla com grande representatividade junto aos empresários e agricultores da cidade, ainda vale destacar a liderança de Adolfo Fetter, sendo sócio da Associação, acaba se tornando prefeito de Pelotas em 1955 o que leva a uma maior abertura aos interesses da classe, visto que o mesmo era comerciante e industrial. Essas breves considerações, são possíveis apenas com uma curta leitura da Atas de reuniões da diretoria da instituição, o que evidencia o forte diálogo da entidade com o cenário de disputas políticas para concessões, o que leva a um forte indício de que o movimento de apoio a mudança de poder federal para um governo que defendesse os interesses daqueles que detinham o poder econômico é mais provável do que uma ideia de uma moção pelo coletivo entre todas as classes.

Ao pensar essas estruturas, é de grande importância elencar alguns trabalhos que ajudam a balizar esse presente estudo. Para pensar a estrutura ACP e como ela se desenvolveu frente as mudanças de atuação que a elite pelotense precisou fazer para se manter no poder, o papel familiar é de suma importância, pois esse grupo não era extenso, até pelo interesse de manter a perpetuação do status familiar, duas ideias eram essências, preparar o sucessor, onde o filho ocupava esse papel, além do processo matrimonial entre famílias de mesmo nível econômico, dessa forma o processo de manutenção do poder, tinha toda chance de se manter por muito tempo.

Dilemas da ACP: Contextos políticos e relacionais

Um dos pontos importantes compreender é a partir de um recuo para compreender dois contextos, o primeiro sobre período referente a fundação da Associação Comercial, um ponto de partir é compreender que a riqueza da cidade estava ligada a uma pequena parcela da sociedade pelotense. Segundo Jonas Vargas (2016) o topo era composto por charqueadores, estancieiros e comerciantes, sendo a maioria ligados a economia do campo, além disso o autor destaca que é possível considerar que uma maioria dessa elite residia no meio urbano, mesmo tendo imóveis no campo.

Esses aspectos introdutórios, são importantes para compreender a partir da organização urbana de formação da ACP, que ao longo de quase 70 anos não teve um local fixo. Porém todos os locais escolhidos para as reuniões se tratava de espaços centrais da cidade e que eram frequentados pela elite, logo, a formação da entidade nesse período fora facilitada, embora parte das atividades desse grupo estivesse no campo, suas movimentações estavam de fato no centro urbano. É importante ainda salientar que era possível que uma parcela, tivesse terras fora da cidade, como indica Jonas (2016) e já partindo da observação da Associação, é provável que esse fossem um dos fatores para que eles tivessem interesse de angariar benefícios para além do municipal, de tal modo que a entidade fosse uma organização capaz de se movimentar para outras regiões e assim criasse vínculos com outras entidades, ainda que nesse primeiro momento de fundação somente a Associação Comercial de Porto Alegre existia nos mesmos moldes, mas não seria de toda forma possível desconsiderar articulações de cunho econômico e político.

Para compreender o espaço urbano desse período e parte da estrutura econômica da metade para o final do século XIX, vale observar a seguinte citação:

[...] foi a partir dos anos 1870 que as indústrias e companhias fabris começaram a proliferar por Pelotas. Marcos dos Anjos verificou um grande número de novas fábricas de fumo, de sabão e velas, de cerveja, de chapéus, de curtição e de massas, entre outras. Das 38 que foram registradas na Junta Comercial, mais de 52% pertenciam a estrangeiros e 26% possuíam um dos sócios estrangeiros. (...) Estes estrangeiros eram na sua maioria homens de setores médios e subalternos, destacando-se socialmente pela sua inventividade e iniciativa nestes setores econômicos. Uma pequena parte deles chegou a possuir riqueza e prestígio social considerável (Vargas, 2016, p. 79).

De maneira sucinta esse recorte, demonstra uma grande movimentação de ação estrangeira na cidade, principalmente no que diz respeito a variedade de indústrias e comércios, esse ponto é relevante pois uma base de heranças de elite que será ativa a partir dos anos de 1930, vai surgir com base nesse movimento econômico mais localizado no meio urbano da cidade. Requer ainda deixar claro que é provável que tenha existido quase de forma concomitante um grupo de elite charqueadora que até 1880, anterior à crise com a abolição do sistema escravista, vai estar no topo da hierarquia de riqueza, e também surgindo um grupo que acaba por ter uma maioria de indivíduos estrangeiros, que acabam por diversificar as atividades econômicas do local, porém é de considerar que arranjos de ligação familiar a partir dos processos matrimoniais tenham existido, levando a uma aproximação visando a manutenção do status e da acumulação de riqueza.

Ao observar a fundação da Associação Comercial, em seus primeiros anos, cerca de 7 entre diretores/presidentes eram os maiores charqueadores da região. Dessa lista, Joaquim José de Assumpção também conhecido como Barão de Jarau, foi presidente após a instalação ficando de 1873 a 1876 e Joaquim da Silva Tavares, o Barão de Santa Tecla, que foi presidente de 1879 a 1880, os dois faziam parte dos 12 maiores do período, e como isso a participação de um grupo pequeno que já estava presente em uma lista de maiores riqueza, estar de mesmo na organização e diretoria de uma entidade que poderia trazer benefícios em grande escala. Nessa pesquisa o intuito não é de aprofundar aspectos da fundação da ACP e de seus personagens, o intuito é de demonstrar que essa elite que começa a ter novas caras na virada do século XIX, ainda era um pequeno grupo com grandes poderes e influências, e que buscava atuar dentro dos locais em que poderiam lhe trazer frutos, e que a participação no cargos políticos era expressivo, em dois exemplos, se pegarmos como base a Câmara Municipal, o Barão de Jarau foi eleito vereador em 1887, já o Barão de Santa Tecla, se tornou presidente de Província em 1888, dois casos de como os processos de estruturação dessa elite pelotense passam por estarem presentes em variados âmbitos.

Destacado as características da origem da Associação Comercial de Pelotas, o importante nesse momento é avançar aspectos anteriores a 1950 para tentar compreender algumas motivações que ocorreram a partir de 1930. Em um primeiro é relevante considerar que até 1930, quase nenhuma legislação existia para os trabalhadores e a partir do governo provisório implementa a partir do Ministério do Trabalho, processos que irão ampliar a visão para o operariado brasileiro, que pode ser observado como uma busca por melhores condições de vida, porém é necessário compreender que, a partir das novas Leis Trabalhistas, existia uma motivação significativa, que pode ser vista da seguinte forma,

A já mencionada criação do Ministério do Trabalho evidenciou que o novo governo tinha especial interesse em regular as relações entre o Estado e a classe trabalhadora. Várias as razões explicam essa nova percepção, entre elas, o quadro de crise do capitalismo liberal em todo o mundo e seu correlato, o avanço do fantasma comunista. A legislação que começava a ser decretada revelava a preocupação em conceder direitos aos trabalhadores e enquadrar os sindicatos, desmantelando as organizações autônomas sob influência dos comunistas e o que restava do anarquismo (Fausto, 2013, p. 94).

Esse pequeno recorte, demonstra que em uma ideia estrutural existia um inimigo que deveria ser combatido e com isso era preciso colocar a mão do Estado sobre as organizações sindicais e determinar uma legislação que afastasse qualquer grupo que ameaçasse as estruturas ali existentes. Ao passo que em 1932 é criado a AIB (Aliança Integralista Brasileira) a partir de Plínio Salgado, que tem por base defender um nacionalismo, pautado no lema: Deus, Pátria e Família, além de ter influências católicas, eram antisemitas e antiliberalistas, e tinha em sua base de apoio não somente uma classe média e militares, como também trabalhadores (Fausto, 2013). Logo, dentro de um cenário de incertezas, grupos que não concordam com o governo provisório ali instaurado principalmente forma como governa. Do outro lado do extremo político, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), ainda que na ilegalidade, tinha como principal liderança Luiz Carlos Prestes, além de se colocar na oposição ao regime varguista, acabou por trazer para seu meio diversos militares do movimento tenentista que estavam largando a mão de Vargas, esses processos vão levar a chamada Intentona Comunista, em 1935.

Não convém se aprofundar nos desdobramentos do Movimento da Aliança Nacional Libertadora (ANL), mas apresentar detalhes do motivo desse processo ser tão relevante para o posicionamento da ACP ao longo dos anos seguintes. Esse movimento uniu tenentes e comunistas que mesmo que tivessem diferenças, tinham pontos convergentes, como a luta democrática, antiimperialista, antilatifundiária e antifacista (Vianna, 2007), durante os meses

que se seguiram os enfrentamentos com integralistas eram frequentes, “as rebeliões foram depreciativamente chamadas de ‘intentona’, e ‘intentona comunista’, o que dava aos levantes conotações terríveis, uma vez que o comunismo era considerado o próprio anticristo.” (Vianna, 2007, p. 102).

É nesse sentido que vale destacar, o motivo desse processo ser importante. A Associação como já dito outras vezes ao longo desse texto, era uma entidade formada por elite, o que é necessário apontar do mesmo modo é que esse grupo deixava explícito a partir das atas que defendia pautas do conservadorismo, se autoproclamando conservadora. Sabendo disso, é plausível que o posicionamento fosse sempre em busca de manter a ordem e o status vigente, logo qualquer movimento, ação, projeto que movimentasse mesmo que sutilmente a estrutura, era automaticamente visto como algo que necessitava ser combatido. Dito isso, importante apresentar exemplos disso, mesmo que avançando um pouco no tempo até 1950.

No dia 26 de novembro de 1951², é apresentado na reunião de diretores uma missa que na Catedral São Francisco de Paula, convite feito pela guarnição militar da cidade, em homenagem aos militares mortos na Intentona Comunista. Esse evento, vai ocorrendo ao longo dos demais anos, até meados do golpe civil-militar, ao buscar essa missa logo após 1935, não foi possível observar nenhuma menção nem a Intentona, e nem mesmo sobre cerimônias e homenagens aqueles que perderam a vida até 1950, o medo de uma “ameaça” comunista, são destacados com maior presença em 1950. Desse modo, não é possível considerar que a ampliação dos direitos trabalhistas trouxesse com maior força esse movimento, porém é algo que não pode ser descartado, principalmente por outras situações que são colocadas ao longo das reuniões que serão destacadas em um segundo momento do trabalho.

Dentro desses processos, vale destacar em 1937, em vias da implantação do regime do Estado Novo, a partir de figuras militares, como Olympio Mourão Filho, que criam o Plano Cohen, cujo objetivo, era apresentar a sociedade um plano de comunistas em tomar o poder, na verdade o intuito era criar um clima ainda mais repressivo. Essa condição criou um impacto muito grande na sociedade e acabou sendo um adicional ao golpe em novembro de 1937. É importante destacar essa situação, pois a figura de Mourão Filho está presente em uma ata, apenas em citação em 1960 indicando seu trabalho na 3ª I.D. de Santa Maria, ainda que, não existe nas documentações indicação de visita do general na ACP, porém já deixa claro que a entidade mantinha relações com relevantes personagens militares. Vale destacar

² Relato observado em uma Ata de Reunião da entidade.

que o general em questão, além de ter papel decisivo na criação do Plano, também acaba por apoiar o golpe de 1964.

Ao solucionar o problema do comunismo nesse primeiro momento, a sequência vem com uma maior pressão do Estado sobre as estruturas da sociedade.

Vargas não necessitou de muitos esforços para desfechar o golpe de Estado, em 10 de novembro de 1937. Os vários setores da classe dominante ansiavam pela ordem e vinham sendo atendidos pelo governo; o aparelho militar e civil, depurado dos que poderiam fazer oposição, formavam um bloco homogêneo; a grande maioria da elite política preferia a ditadura ou se conformava com ela; a frágil organização independente dos trabalhadores desaparecera, enquanto crescia nos meios populares o prestígio de Vargas; a esquerda, para a qual a ditadura começara em 1935, fora praticamente arrasada (Fausto, 2013, p. 100).

Desse modo, a sociedade foi organizada de um modo que grande parte da elite preferisse esse viver dentro de um regime com a centralização do poder em apenas uma pessoa, Getúlio Vargas. O medo de um movimento comunista que ganhava espaço até 1935, era enorme a ponto de um regime ditatorial era aceito, visto que o governo varguista já em 1938 estimulou as atividades industriais. Além disso a política estatal levava em conta que as riquezas permanecessem circulando no país, ainda vale ressaltar que a região sul já tinha em um primeiro momento boas lembranças do período em que Vargas comandou o governo do Estado, ele concedeu várias medidas para os produtores de charque e arroz, ampliando o sistema ferroviário, entre outras condições que criaram uma percepção positiva do que poderia acontecer mesmo dentro de regime restrito, mas sobretudo que estava afastando o perigo vermelho.

Estabelecido o novo governo a virada para 1940, iria trazer aspectos importantes para o país. Nos primeiros anos, o governo acaba tendo que tomar um lado em relação a Segunda Guerra, por outro lado a partir de 1942, consolida as leis trabalhistas, através da CLT e com isso os trabalhadores recebem a garantia de férias e um salário-mínimo. Esses principais acontecimentos podem ter levado a um descontentamento de certa parte da sociedade brasileira, principalmente daqueles que acreditavam que o Brasil não deveria tomar partido de nenhum lado na guerra e daqueles que de certo modo defendiam ideais fascistas (Bacas, 2013). Porém sobre certa oposição da elite, vale trazer integralmente uma carta lida por Silvio da Cunha Echevique, e escrita pela Associação Comercial de Pelotas em outubro de 1943, no evento de recepção a Getúlio Vargas na cidade:

Exmo. Sr. Getúlio Vargas digníssimo presidente da República. A altamente honrosa oportunidade que se depara a Pelotas, de testemunhar o seu profundo apreço pela relevante benemerência e magna significação da gigantesca obra administrativa de V. Excia., Senhor Presidente da República, no amplo cenário da nossa Pátria e pela não menos sábia orientação traçada por V. Excia. para o Brasil, neste angustioso momento da vida da humanidade, desde muito, era aspiração veemente dos pelotenses.

A serena clarividência de V. Excia. acautelou os destinos do país contra maquiavélicas manobras de perigosos inimigos e preparou-o para resistir satisfatoriamente ao tremendo impacto das realidades contemporâneas.

Nos setores da agricultura, do comércio e da indústria bem sentimos as providências oficiais, cada vez mais ajustadas a conceituação de que a vida econômica, assim como a social, tem raízes em bases físicas. Essa predisposição pela geografia econômica está despertando para o concerto mundial o Brasil portentoso, pela movimentação das suas incalculáveis riquezas estáticas, lançando-as na corrente circulatória da economia nacional, como benfazeja seiva criadora de novas energias.

O governo de V. Excia. tem enveredado resolutamente, no sentido de deslocar do terreno subjetivo as nossas reservas naturais, e de fazê-las funcionar como elementos positivos, beneficiadores do país, correspondendo as necessidades humanas, racionalizando a agricultura, incrementando o comércio e intensificando a indústria.

O conceito da impossibilidade da existência da riqueza sem o homem e de que as reservas potenciais, inaproveitadas, tão somente indicam a sua presença material, têm sido convenientemente apreciadas pela benemerente administração de V. Excia. que tem apoiado todas as iniciativas honestas, visando a exploração das jazidas minerais e petrolíferas, o aproveitamento eficiente de vegetais nativos, o cultivo em larga escala de plantas úteis e o melhoramento zootécnico dos rebanhos.

A concretização monumental da siderúrgica de Volta Redonda, o ciclópico aproveitamento da Amazônia e a colonização programada para o vale do São Francisco, são exemplos típicos da afirmativa anterior, são frisantes lições de quanto pode a concordância do homem e da técnica a serviço do patriótico governo de V. Excia., mesmo em se tratando da industrialização irrestrita do minério e de impor fatores culturais aos mais recônditos rincões do território pátrio para integra-los na civilização, sempre exigente de previsão, estímulo mútuo e intercâmbio.

Pelotas, fundada pelos laboriosos insulanos dos Açores, origem dos nossos troncos seculares, desfrutou merecida fama de vanguardeira do progresso material e intelectual do Rio Grande do Sul. Nasceu sob a influência de imposições mesológicas genuinamente pastoris. Ponto de convergência dos gados invernados em toda a dilatada campanha gaúcha e até do Uruguai, nas suas inúmeras charqueadas industrializava mais de meio milhão de cabeças anualmente.

Nessas eras de d'antanho, apenas um único produto das múltiplas atividades de agricultura, no seu ramo da pecuária, o boi, constituiu o montante da opulência da brava gente riograndense e foi também o firme alicerce da riqueza e civilização pelotense, espelho da fisionomia do ambiente regional, força geratriz da nossa cultura e sociedade.

Mas, tudo passa e tudo se modifica ao sabor do ritmo evolutivo dos tempos e Pelotas não faria exceção a mudança do panorama geral, acentuada pelas correntes imigratórias que se radicaram nas suas ricas terras e dos municípios adjacentes, implantando a lavoura e criando celeiros abastecedores das populações urbanas.

O colono alienígena, a semente e o arado, sintetizaram a primeira fase do abandono da monocultura animal, nesta fértil região da qual a cidade é a cabeça e escoador natural de seus produtos, que avolumam o caudal do nosso comércio e suprem matérias primas as nossas indústrias.

(...) Se a terra é ainda a principal fonte dos nossos artigos de comércio, vamos entretanto, gradativamente, galgando os degraus da industrialização e atualmente dispomos de uma apreciável diversidade de fábricas aqui localizadas. Maior incremento não tem tomado a nossa indústria em virtude da carência e elevado preço da energia elétrica. Sonhamos com o aproveitamento do potencial hidráulico do sul do Estado, inestimável empreendimento já anunciado pelos poderes públicos e que abrirá novos e ilimitados horizontes para vasta extensão territorial, riquíssima em minerais, calcários e terras boas.

Esta região geoeconômica, berço de Mauá, o maior homem de negócios que pensou e realizou em grande escala na América do Sul, também berço do saudoso Coronel Pedro Osório, o nosso mais estrênuo impulsionado de fecundas iniciativas, não desmentirá a tradição de laboriosidade legada pelos antepassados, há de marchar para frente na senda do progresso e para tanto conta com o firme apoio de V. Excia. que é já o seu maior credor.

Foi preciso que V. Excia. ascendesse a suprema magistratura para que Pelotas deixasse de ser a terra esquecida dos governos.

Os edifícios dos correios e telégrafos, da alfandega e da capitania do porto, são obras de V. Excia.

A ferrovia Pelotas a Santa Maria, já em 1877 pugnada por esta agremiação de classe, em memorial dirigido a Princesa Regente, somente por determinação do benemérito governo de V. Excia. entrou em construção, a qual, terminada, abrirá a zona meridional do Rio Grande do Sul um novo capítulo de prosperidade.

(...)

Exmo. Sr. Getúlio Vargas.

Esta casa, também é fruto do alto descortino administrativo de V. Excia. que, como chefe do governo do Rio Grande do Sul, assinou o decreto criando a taxa com que seria custeada a sua construção. Esta casa é um indelével marco para as gerações vindouras, apontando ao seu reconhecimento as assinaladas realizações de V. Excia., estendidas pela vastidão territorial brasileira, e tão evidenciadas nesta cidade.

Em nome das classes conservadoras de Pelotas, tenho a subida honra de agradecer a V. Excia. a distinta consideração desta memorável visita e que, por uma feliz coincidência, aqui reuniu os exmos. senhores Ministro de Educação e Tenente-Coronel Interventor Federal.

Pela saúde de V. Excia. e pela prosperidade do Brasil! (Macp, 1943, p. 227-230).

Era necessário apresentar esse recorte em quase sua totalidade, pois ele traz várias possibilidades de observação e ajudam a compreender a relação da entidade com Vargas, além de ajudar a entender a sua relação no segundo mandato de 1950. No primeiro momento é preciso entender que toda a estrutura desse texto, e a forma de exaltação a Getúlio se deu não somente por falarem em frente a ele, mas provavelmente buscando angariar recursos e benefícios para a cidade e região, porém é relevante observar outros aspectos não menos importantes, o primeiro diz respeito à retomada que é feito de valorizar todas as ajudas de

Vargas ainda como presidente do Estado, em contrapartida a crítica aos governos anteriores não davam atenção a Pelotas.

Ainda é visível nas entrelinhas certa crítica sobre o alto preço da energia elétrica, outro processo é a exaltação das características naturais da região sul, bem como a importância da agricultura e pecuária no processo de industrialização. Esse processo de mudanças de uma economia que antes ficava de forma quase que em sua totalidade no campo, começava a expandir para os centros urbanos. É importante destacar que o Rio Grande do Sul, foi um dos estados que esteve ao lado de Vargas ao longo da Aliança Liberal em 1930, logo, as manifestações de apoio também podem ser observadas por esse viés. O que é de se considerar dentro desses aspectos é que no período de 1930 a 1945, era mais provável um apoio da elite ao governo visto as benéficas ajudas até descritas dentro da citação trazida anteriormente. Feito esses apontamentos é necessário avançar de fato para o ano de 1950, apresentando de fato os desdobramentos que antecipam o regime de 1964 e os anos seguintes até 1970.

Considerações finais

A partir dos pontos abordados ao longo deste breve ensaio, foram apresentadas reflexões sobre a importância do presente estudo. Ao analisar o tema dentro do campo da historiografia, ele se torna um aspecto relevante para compreender uma elite que está fundamentada no conceito familiar e está inserida em um contexto de mudanças políticas constantes, com ênfase na Ditadura Civil-Militar.

Dito isso, um dos objetivos é compreender não apenas até que ponto esse grupo influenciou diretamente as articulações do golpe, mas também entender em que medida essa aliança buscava obter privilégios tanto no contexto coletivo quanto no individual. Além disso, vale ressaltar que, mesmo que em um primeiro momento essa análise tenha um enfoque municipal e regional, as articulações podem apresentar características que são pertinentes à conjuntura nacional.

Fonte

MEMORIAL DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PELOTAS. Atas nº 238 a 1300, 1935 - 1970 – Sessões Ordinárias de Diretoria.

Referências

ABREU, Luciano Aronne. **Um olhar regional sobre o Estado Novo.** 1. ed. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2007.

- ABREU, Luciano Aronne; VANNUCCHI, Marcos Aurélio.(org.) **A Era Vargas 1930-1945**. 1. ed. Porto Alegre: EdPUCRS, 2021.
- AMARAL, Sandra Maria. **O Teatro dos Poderes: As elites políticas no Rio Grande do Sul na vigência do Estado Novo**. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre, p.344, 2005.
- AROSTÉGUI, Júlio. **La investigación histórica: Teoría y Método**. Barcelona: Crítica, 2001.
- BACAS, Lucas Maia Felipe. **Os liberais e as oposições na Era Vargas (1930-1945)**. 2013. 43 f. Monografia (Bacharelado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- BARROS, José D’Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História: Da escolha do tema ao quadro teórico**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. **Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- CATTANI, Antonio David. **Classes Abastadas: A família como estratégia de preservação da riqueza**. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de (org.) **Família importa e explica: Instituições políticas e parentesco no Brasil**. 1 ed. São Paulo: LiberArs, 2018, p. 163-172.
- CODATO, Adriano Nervo. **As Elites e Instituições no Brasil: Uma análise contextual do Estado Novo**. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH, Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, p. 421, 2008.
- CONNIFF, Michael F. A Elite Nacional. IN: HEINZ, Flávio M.(org.). **Por outra história das elites**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.99-122.
- CHARLE, Christophe. Como anda a história social das elites e da burguesia Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea. In: HEINZ, Flávio M.(org.). **Por outra história das elites**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 19-39.
- DACANAL, José Hidelbrando; GONZAGA, Sergius (org). RS: **Economia & Política**. 1. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
- EICHOLZ, Josué. A elite pelotense e as práticas caritativas (1880-1920). In: LOPES, Aristeu; VARGAS, Jonas Moreira. **Capítulos de História de Pelotas**. 1. ed. Porto Alegre: Casalettras, 2020. p. 51-66.
- FAUSTO, Boris. A vida política. In: FAUSTO, Boris; GOMES, Angela de Castro; et al. **Olhando para dentro: 1930-1964**. Volume 4 da coleção História do Brasil Nação: 1808-2010. São Paulo: Objetiva, 2013. p. 91-142.
- FERNANDES, M. A. M. **Poder & Comércio: A Associação Comercial e Industrial de Guarapuava (1955-1970)**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2010.
- FERREIRA, Jorge. **João Goulart: Uma Biografia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- HEINZ, Flávio M.(org). **Por outras história das elites**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- MILLS, WRIGHT C.. **A Elite do Poder**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Como definir família? In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de (org.) **Família importa e explica: Instituições políticas e parentesco no Brasil**. 1 ed. São Paulo: LiberArs, 2018, p.27-48.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva**. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2015.

PAULA, Débora Clasen; VARGAS, Jonas Moreira. Pelotas e as Elites do passado no Álbum de Pelotas. In: ALMEIDA, Guilherme de; DILLMANN, Mauro; LOPES, Aristeu. **Centenário do Álbum de Pelotas de 1922: fotografias, memórias e história**. 1. ed. Porto Alegre: Casalettras, 2022. p. 75-82.

SILVA, Fernando Teixeira da; NEGRO, Antonio Luigi. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: Lucília Delgado e Jorge Ferreira (orgs.) **O Brasil Republicano**, v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.47-96.

VARGAS, Jonas M.. **Os Barões do charque e suas fortunas: Um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX)**. 1. ed: Oikos, 2016.

_____. “No tempo dos Barões” A elite política pelotense no período do auge das charqueadas escravistas (1850-1889). In: LOPES, Aristeu; VARGAS, Jonas Moreira. **Capítulos de História de Pelotas**. 1. ed. Porto Alegre: Casalettras, 2020. p. 12-31.

VIANNA, Marly de Almeida G. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge. **O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática**. In: Lucília Delgado e Jorge Ferreira (orgs.). **O Brasil Republicano**, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 64-105.